

The background features a dark teal color. At the top, there is a stylized sun with a semi-circular base divided into several colored segments (blue, green, brown, purple) and several vertical bars of varying lengths and colors (blue, green, brown, purple) radiating upwards. Below the sun, a large, light teal outline of a globe is visible, showing continents and oceans.

BRICS E CLIMA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA GOVERNANÇA GLOBAL

**TRABALHO DE CONCLUSÃO APRESENTADO À DISCIPLINA IRI2512 (CAPSTONE), EM
PARCERIA COM O INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE - ICS, PELAS ALUNAS FLAVIA
JOANNA ALMEIDA, HANNAH DE GREGORIO LEÃO E LARYSSA NUNES.**

Sumário

1 **Introdução: Contextualização sobre os BRICS e sua importância na agenda climática global**

- 1.1. Contexto e criação do BRICS (p. 3)
- 1.2. BRICS e a agenda climática global (p. 5)

2 **Histórico do posicionamento do BRICS desde o Acordo de Paris**

- 2.1. Mapeamento da posição do grupo (p. 9)
- 2.2. Mapeamento das posições individuais (p. 12)
- 2.3. BRICS+: possíveis impactos e tendências (p. 24)

3 **O Brasil na Presidência do BRICS+**

- 3.1. Mapeamento de cenário: o que esperar? (p. 33)
- 3.2. Possíveis áreas e temas de atuação (p. 35)

4 **Considerações Finais (p. 38)**

5 **Referências Bibliográficas (p. 41)**

6 **Anexos (p. 44)**

Lista de Siglas e Abreviaturas

- AIIB – Asian Infrastructure Investment Bank (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura)
- BASIC – Brasil, África do Sul, Índia e China (coalizão em negociações climáticas)
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BRICS+ – Expansão do BRICS com a inclusão de novos membros, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã
- CAT – Climate Action Tracker
- CBDR – Common But Differentiated Responsibilities (Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas)
- CBDR-RC – Common But Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities (Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas, e Capacidades Respectivas)
- COP – Conferência das Partes (relativa à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC)
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- G20 – Grupo das 20 maiores economias do mundo
- G7 – Grupo dos Sete países mais industrializados
- GEE – Gases de Efeito Estufa
- JET IP – Just Energy Transition Investment Plan (Plano de Investimento para a Transição Energética Justa)
- NDB – New Development Bank (Novo Banco de Desenvolvimento)
- NDC – Nationally Determined Contributions (Contribuições Nacionalmente Determinadas)
- Opep+ – Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
- PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima
- REIPPP – Renewable Energy Independent Power Producer Procurement Programme (Programa de Aquisição de Produtores Independentes de Energia Renovável)
- UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)

Introdução: Contextualização sobre o BRICS e sua importância na agenda climática global

1.1. Contexto e criação do BRICS

O BRICS é uma associação informal de Estados composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, não se tratando de um grupo econômico formal **(1)**. Foi criado em 2006, por iniciativa da Rússia, tendo a primeira reunião ministerial dos BRICS ocorrido paralelamente à uma Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, no mesmo ano. Naquele momento, os chanceleres da Rússia, Brasil, China e Índia reuniram-se para expressarem seus interesses em aprofundar a cooperação multilateral entre seus países. O grupo originou-se, portanto, da intenção de unir países em desenvolvimento do Sul Global, especialmente para se contrapor internacionalmente ao predomínio socioeconômico do G7 – algo também observado no G20.

A partir de 2009, os países começaram a organizar anualmente encontros de cúpula do grupo, cuja primeira ocorreu em Ecatemburgo, na Rússia. Nesta, os países membros expressaram seus interesses em promover o diálogo e a cooperação entre si para servir a interesses em comum sobre o mercado emergente e países em desenvolvimento, assim como para construir um mundo comum de paz e prosperidade **(2)**. Apesar de não se tratar de um bloco econômico formal, como é o Mercosul, o BRICS possui uma agenda não apenas política, mas também econômica.

A sigla inicial do grupo era BRIC, modificada para BRICS com a inclusão da África do Sul no bloco, a partir da terceira cúpula, em 2011 **(3)**. O Brasil sediou a cúpula do BRICS dos anos de 2010 (Brasília), 2014 (Fortaleza) e 2019 (Brasília) **(4)**. Além das cúpulas, também são realizadas mais de 150 reuniões anuais sobre temas referentes aos pilares do BRICS **(5)**.

Neste ano de 2024, a cúpula foi realizada, em outubro, em Kazan, na Rússia. Em 2025, a cúpula do BRICS será realizada no Brasil. Em dados de 2023, o BRICS corresponde a mais de 42% da população mundial, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional **(6)**.

O BRICS possui três pilares principais de atuação: cooperação em política e segurança; cooperação financeira e econômica e cooperação cultural e pessoal. O principal objetivo do grupo é alterar o sistema de governança global a partir da cooperação entre os Estados-membros, assim como a partir da introdução de alternativas a instituições como o FMI e o Banco Mundial para o financiamento às economias emergentes, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) **(7)**.

O NDB é um banco multilateral para o desenvolvimento criado pelo BRICS, em 2015, cujo objetivo é mobilizar recursos para a promoção de projetos de infraestrutura e sustentabilidade no grupo, assim como em demais países em desenvolvimento, para acelerar seus crescimentos econômicos. As áreas de interesse para o financiamento de projetos pelo NDB são: energia eficiente e limpa; transporte e infraestrutura; água e saneamento; infraestrutura digital; proteção ambiental e infraestrutura social **(8)**. Desde 2018, o NDB já aprovou 19 projetos no Brasil, incluindo um de proteção ambiental. Atualmente, seis projetos estão em avaliação sobre os temas de água e saneamento e energia limpa e eficiente **(9)**. Desde 2023, o Brasil assumiu a presidência do NDB, sob a liderança de Dilma Rousseff, ex-presidente do país (2011–2016).

Durante a cúpula do BRICS de 2023, em Joanesburgo, os cinco Estados-membros do BRICS admitiram quatro novos membros no bloco – Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes – com efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. **(10)** Já na cúpula de 2024, foi aprovado o convite para que mais 13 países participem do grupo na condição de membros associados, os quais estão em processo de formalizar a adesão através de manifestação do interesse em participar. **(11)**

A criação do grupo BRICS, em 2009, evidenciou os primeiros sinais de declínio do sistema unipolar. A expansão do grupo, posteriormente, catalisou e demonstrou o fim do sistema unipolar e dos limites da ordem internacional liberal. Tal movimento de expansão do BRICS evidencia um novo processo de multipolaridade e atuação do grupo em cooperação internacional com outros países em desenvolvimento, passando-se a utilizar a sigla BRICS+ (12).

Apesar de a ampliação do BRICS, com a inclusão de novos países, poder representar um movimento de fortalecimento e transformação do bloco no que se refere à cooperação Sul-Sul (13), o Parlamento Europeu preocupa-se que a inclusão de novos Estados possa trazer um potencial conflito de visões políticas dentro do bloco, assim como maiores divergências nas relações entre União Europeia (UE) e BRICS+.

Os países ocidentais não se engajam com o BRICS enquanto bloco. A União Europeia engaja-se com os países BRICS+ individualmente, possuindo parcerias estratégicas com o Brasil, a Índia e a África do Sul, e está, atualmente, negociando um acordo de livre comércio com a Índia. Porém, divergências políticas e econômicas – desde os conflitos na Ucrânia e em Gaza – evidenciam abordagens divergentes sobre segurança adotadas pelos dois blocos, o que pode acarretar potenciais antagonismos de agenda entre os países do BRICS e a UE (14).

1.2. BRICS e agenda climática global

Desde sua criação, o BRICS expressamente manifesta atenção ao tema das mudanças climáticas, conforme consta na Declaração de Ecaterimburgo, de 2009, a qual já explicita o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas: “Estamos prontos para um diálogo construtivo sobre como lidar com a mudança climática, com base no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR) (15), dada a necessidade de combinar medidas para proteger o clima com ações para cumprir nossa tarefa de desenvolvimento socioeconômico” (16).

Cabe destacar que há menção textual ao princípio CBDR (posteriormente CBDR-RC) em todas as declarações, desde 2009, exceto na de Durban, em 2013.

No ano de 2010, quando o Brasil assumiu a presidência rotativa, para comemorar a Declaração do Rio sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento, de 1992, e demonstrar ao mundo a determinação do BRICS em assumir responsabilidades internacionais na direção de proteger o futuro do planeta, o grupo oficialmente incluiu as mudanças climáticas em sua agenda de atuação, reconhecendo se tratar “de séria ameaça que requer uma ação global fortalecida.” (17) Para tanto, comprometeu-se a realizar a 16ª Conferência das Partes da ONU e 6ª Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, buscando um “resultado abrangente, equilibrado e vinculativo para fortalecer a implementação da Convenção e do Protocolo”. (18)

Nos anos posteriores, o BRICS seguiu ecoando a necessidade de atenção para a pauta das mudanças climáticas, inclusive vocalizando a necessidade de haver base comum para as negociações climáticas – o que viria a acontecer com a adoção do Acordo de Paris, em 2015.

Diante do cenário pessimista, no qual as nações mais desenvolvidas demonstram pouca intenção em implementar efetivas medidas para arcar com suas responsabilidades no tocante às questões sobre mudanças climáticas, os países em desenvolvimento têm pressionado, especialmente no sentido de ações relacionadas ao financiamento, à construção de capacidades e transferência de tecnologias para mitigação e adaptação.

Neste contexto, o BRICS tem aumentado seu protagonismo no chamado global por ações, escalando as críticas aos países desenvolvidos. A afirmação de “não deixar ninguém para trás”, na Declaração de Nova Delhi, de 2021, na seção sobre Desenvolvimento Sustentável e maneiras inovadoras para alcançá-lo, sintetiza o chamado (19). A Declaração de Nova Delhi contempla, ainda, o encorajamento para que ocorram “mais discussões e eventos entre o BRICS sobre tais assuntos”. (20)

Na 27ª Conferência das Partes da ONU, fora enfatizado que toda a humanidade precisa estar empenhada na luta contra as mudanças climáticas. Nesta toada, os países do BRICS continuam a negociar com os países desenvolvidos sobre questões de governança climática global, particularmente em temas como uso de energia fóssil e emissões de carbono, esforçando-se para proteger os direitos e interesses compreendidos como legítimos dos países dos BRICS, dos países de mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, quais sejam, a possibilidade de se desenvolver e a responsabilidade das nações desenvolvidas em arcar com custos relacionados à mitigação e adaptação.

Internamente, é inegável que países como Índia e Brasil, este último notadamente após o início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, têm adotado medidas na direção de descarbonização. Contudo, a pauta da transição energética ainda é um desafio para todos os membros, não exatamente pelas mesmas razões. O ingresso de novos membros deve acentuar tais discrepâncias, considerando que alguns deles são reconhecidos produtores de combustíveis fósseis e tal atividade é o pilar central de suas economias.

Em suma, é possível afirmar que a agenda climática sempre esteve presente para o bloco, conforme observado em suas declarações e documentos oficiais. Ademais, com o passar dos anos, o grupo tem ganhado protagonismo na vocalização da necessidade de ações na pauta.

Notas

(1) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics> <https://infobrics.org/page/history-of-brics/>

(2) <https://infobrics.org/page/history-of-brics/>

(3) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>

(4) <https://infobrics.org/page/history-of-brics/>

(5) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>

(6) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>

- (7) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>
- (8) <https://www.ndb.int/about-ndb/>
- (9) <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/sobre-o-ndb>;
https://www.ndb.int/projects/allprojects/country=brazil&key_area_focus=&project_status=proposed&type_category=&pyearval=#paginated-list
- (10) <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-08/seis-novos-paises-integrarao-o-brics-partir-de-janeiro-de-2024>
- (11) <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-10/brics-vai-convidar-cuba-bolivia-turquia-nigeria-e-mais-nove-paises>
- (12) http://petrel.unb.br/images/Boletins/Petrel_v6_n2_jun_2024/Expanso_do_BRICS_v_6_n_2_jun_2024.pdf
- (13) idem
- (14) [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/760368/EPRS_BRI\(2024\)760368_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/760368/EPRS_BRI(2024)760368_EN.pdf)
- (15) O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, também conhecido como CBDR-RC, afirma que as Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras com base na equidade e em conformidade com suas respectivas capacidades. Ver mais em: <https://encurtador.com.br/OQMCE>
- (16) Tradução livre. No original: We stand ready for a constructive dialogue on how to deal with climate change based on the principle of common but differentiated responsibility, given the need to combine measures to protect the climate with steps to fulfill our socio-economic development task. Disponível em: [BRIC Joint Statement, 2009 \(utoronto.ca\)](#)
- (17) Tradução livre. No original: We acknowledge that climate change is a serious threat which requires strengthened global action. Disponível em: [BRICS Leaders Joint Statement, 2010 \(utoronto.ca\)](#)
- (18) Tradução livre: No original: We commit ourselves to promote the 16th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and the 6th Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, in Mexico, to achieve a comprehensive, balanced and binding result to strengthen the implementation of the Convention and the Protocol. Disponível em: Idem.
- (19) Tradução livre. No original: “Sustainable Development and innovative means to achieve it” e “In an attempt to leave no one behind (...). Disponível em: [XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration \(utoronto.ca\)](#).
- (20) Tradução livre. No original: “We encourage further discussions and events among BRICS in this regard”. Disponível em: Idem.

Histórico do posicionamento do BRICS desde o Acordo de Paris

2.1. Mapeamento da posição do grupo

Inicialmente, cabe destacar que o BRICS é composto por países distintos dispostos a cooperarem multilateralmente em temas afins, mas que, no limite, privilegiam suas agendas internas e interesses nacionais. Esta ressalva é importante, pois não é incomum vislumbrar dissonâncias entre o posicionamento adotado pelo grupo enquanto coletivo de atuação na governança internacional e o posicionamento individual de cada país.

Dito isto, a partir das declarações das reuniões de cúpula do grupo, é possível mapear posicionamentos, levando em consideração que, conforme apresentado na seção anterior, desde a sua formação, o BRICS reafirma preocupação com a questão climática a partir do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (e, posteriormente, considerando também as respectivas capacidades). **(1)**

O caminho que culmina no Acordo de Paris, de 2015, fora pavimentado anos antes, razão pela qual regressamos ao ano de 2012. Exatos 20 anos após a adoção da Declaração do Rio sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Nova Delhi trouxe teor semelhante, destoando da prática de solicitar negociações e compromissos a partir do marco já existente, qual seja, a Declaração do Rio.

No novo documento, o grupo reforça seu comprometimento para enfrentar as mudanças climáticas através do “crescimento sustentável e inclusivo, e não por meio de limitações ao desenvolvimento”. **(2)** No ano de 2012, a preocupação em expandir energias limpas e renováveis e sua correlação com a agenda de mudanças climáticas surge pelo segundo ano consecutivo.

Parte integrante da Declaração consensuada naquele ano, o Plano de Ação de Nova Delhi previu 17 itens, entre os quais novas áreas a serem exploradas – cooperação energética multilateral, estabelecimento de futura estratégia de longo prazo para o grupo, diálogo sobre Políticas de Juventude e cooperação em questões relacionadas à população, reunião de Ministros das Relações Exteriores em paralelo à Assembleia Geral da Nações Unidas, reunião intermediária de Sous-Sherpas e Sherpas, reunião de experts sobre um futuro banco de desenvolvimento (que viria a ser o Novo Banco de Desenvolvimento) e, também, um fórum de discussão dos Ministros do Meio Ambiente dos países BRICS, se tal encontro for entendido como necessário.

(3)

Em 2015, uma das iniciativas do Plano de Ação de Nova Delhi finalmente se concretizou: a primeira reunião dos ministros do meio ambiente dos BRICS foi realizada, em Moscou. Como resultado, o BRICS se comprometeu com a formulação de suas políticas internas e medidas correspondentes para auxiliar na mitigação e adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas em suas economias nacionais. Além disso, no nível do BRICS, a cooperação também foi incentivada para explorar seu Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) como potencial financiador de projetos na área ambiental. Em dezembro do mesmo ano, na 21ª Conferência das Partes da ONU, fora adotado o Acordo de Paris – uma abordagem comum para coordenar globalmente a resposta às mudanças climáticas a partir de 2020.

Desde então, todas as declarações adotadas nas reuniões do grupo, e, por vezes, também outros documentos relevantes, expressam apoio ao Acordo de Paris, recorrentemente solicitando aos países desenvolvidos que o implementem com rapidez, forneçam apoio financeiro, técnico e para construção de capacidades visando a aumentar a possibilidade dos países em desenvolvimento de mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

Na Declaração de Goa, de 2016, a preocupação sobre energias renováveis e sua relação com mudanças climáticas volta a aparecer, reconhecendo potencialmente a relevância que a energia nuclear terá nos países do grupo, a longo prazo, a fim de evitar emissão de gases do efeito estufa (GEE).

Em 2017, na Declaração de Xiamen, a importância de transferência de tecnologia e conhecimento científico – que havia surgido pela primeira vez na Declaração de Ufa, dois anos antes – é complementada pela necessidade de serem fornecidos, além do apoio técnico, auxílio financeiro e para construção de capacidades visando a aumentar a possibilidade dos países em desenvolvimento na direção de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Outro tema que ressurgiu, após hiato de dois anos, quando da Declaração de Nova Delhi, é a necessidade de garantir segurança alimentar e nutricional e de adaptação da agricultura.

Em 2019, na Declaração de Brasília, é mencionado, pela primeira vez, o Fundo Verde para o Clima, e a expectativa dos países em desenvolvimento, incluídos os membros do BRICS, de que o ressurgimento por parte dos países doadores seja a contento para suas necessidades. (4) Esta menção segue o crescente escalonamento da pressão por recursos financeiros para custeio de ações de mitigação e adaptação.

No primeiro ano da pandemia de Covid, em 2020, na Declaração de Moscou, fruto de reunião que ocorreu virtualmente, reforçou-se ser imperioso considerar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas à luz das circunstâncias nacionais. – ou seja, conforme as respectivas capacidades.

Cabe destacar, por fim, que na Declaração de Pequim, de 2022, o grupo expressamente se opõe à "adoção de barreiras comerciais verdes", tendo em vista o emprego, a partir de 2023, pela União Europeia, do Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono (5), instrumento para aplicar um preço ao carbono emitido na produção de bens importados pelo bloco.

Diante de tal fato, o BRICS, na Declaração, recobra a conformidade com as regras estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (6), tema que novamente apareceu na subsequente Declaração de Joanesburgo, em 2023, bem como na Declaração de Kazan, em 2024. (7)

Em resumo, na arena internacional de governança climática, resta evidenciado que o BRICS se posiciona como protagonista na defesa do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR), ficando latente a tônica do grupo em demandar às nações desenvolvidas que arquem com suas responsabilidades e financiem as ações necessárias para que os países em desenvolvimento possam prosperar em bem-viver, mesmo no cenário catastrófico de mudanças climáticas.

Contudo, não obstante tal retórica discursiva, as contradições inerentes à pluralidade do grupo inviabilizam a formação de uma agenda comum e contundente em matéria climática.

2.2. Mapeamento das posições individuais*

Brasil



Após quatro anos do governo Bolsonaro (2019–2022), no qual a agenda climática foi desconsiderada, a atual gestão Lula caracteriza-se pela retomada do protagonismo desta pauta. (8) Trata-se de um esforço em reconstruir a agenda socioambiental e climática desmantelada pela administração anterior, para que o Brasil retome a posição de destaque na governança global do clima. Porém, a economia brasileira continua fortemente dependente da produção e exportação de petróleo e gás fóssil, evidenciando embates entre a economia energética do país e a efetividade da implementação de suas políticas climáticas. (9)

* O mapeamento de posições individuais considerou significativamente os dados disponibilizados no Climate Action Tracker (<https://climateactiontracker.org>).

Sobre o Climate Action Tracker (CAT)

Trata-se de projeto científico independente, criado em 2009 a partir da colaboração de duas organizações, o Climate Analytics e o New Climate Institute. O CAT rastreia a ação climática do governo e a mede em relação ao objetivo globalmente acordado do Acordo de Paris de "manter o aquecimento bem abaixo de 2°C e buscar esforços para limitar o aquecimento a 1,5°C". O CAT quantifica e avalia metas, políticas e ações de mitigação das mudanças climáticas.

Ressalta-se que a análise do CAT possui um enfoque analítico sobre a produção energética dos países. Trata-se, portanto, de um indicador que não é imparcial e pode representar uma determinada visão do Norte Global. O CAT foi escolhido, na presente pesquisa, pelo fato de analisar todos os Estados-membros do BRICS+.

A metodologia de classificação do CAT avalia um amplo espectro de metas e ações governamentais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em linha com o limite de temperatura do Acordo de Paris. Nesse sentido, o CAT usa cinco categorias para sua classificação geral:

Ao mesmo tempo em que reafirma o comprometimento político com a agenda ambiental, o governo Lula investe em contínuos projetos antiambientais – processos não recomendados pelo Ibama, como o da reconstrução da BR-319, da exploração de petróleo na Margem Equatorial e da Ferrogrão. (10) Além disso, o governo Lula ainda vem expandindo a produção e consumo de petróleo e gás na economia brasileira, havendo, inclusive, a defesa pelo Ministro Alexandre Silveira (11) de que o Brasil entrasse na Opep+

Dentre as medidas tomadas pelo governo Lula, destacam-se a retomada do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), pelo qual está sendo realizada a revisão da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), assim como do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), do Fundo Amazônia e do Fundo Clima. O governo Lula também vem desenvolvendo novas políticas e ações climáticas estratégicas, como: o Plano de Transformação Ecológica, o Eco Invest Brasil, a Taxonomia Sustentável Brasileira; a Nova Indústria Brasil, a nova política de reindustrialização voltada para uma economia de baixo carbono; e o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que terá um eixo de Investimento em Transição e Segurança Energética. (12)

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) também passou a ter uma atuação de destaque no governo Lula, diferentemente do anterior, marcado por inúmeras instabilidades políticas no Ministério e suas secretarias, especialmente durante a gestão do então Ministro Ricardo Salles, defensor do desmatamento e do cometimento de crimes ambientais em nome do agronegócio. (13) Além disso, em 2025, o Brasil sediará a COP 30 da UNFCCC, sendo que a temática do clima é afirmada como prioridade da presidência do G20, em 2024. (14)

Rússia



Entre 2015 e 2022, o governo russo vinha adotando uma crescente política de investimento sobre proteção climática. **(15)** Apesar de a Rússia possuir um número considerável de políticas e planos climáticos, não há um interesse recíproco das agências de Estado em aplicá-las. As políticas climáticas russas não são claras sobre medidas efetivas a serem tomadas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa. **(16)** Tratam-se, portanto, de ausência de efetividade e de aplicação das políticas climáticas existentes. Principalmente após a invasão da Ucrânia, a agenda climática vem perdendo espaço na política russa.

Em setembro de 2022, o governo russo afirmou sua meta de emissões líquidas zero de GEE para 2060, assumindo que, até 2050, as florestas absorveriam o dobro de carbono do que volume atual. Isto significaria que as emissões não precisariam chegar a zero, mas apenas serem cortadas pela metade para atingir a meta geral de zero líquido. Ocorre, no entanto, que não há comprovação sobre tal alta taxa de absorção de carbono pelas florestas. **(17)** Desde 2023, a Rússia desenvolveu sua Nova Doutrina Climática (2023), o Plano Nacional para o Segundo Estágio de Adaptação às Mudanças Climáticas (2023–2025) e a lei federal sobre o derretimento da permafrost. Além disso, a Rússia submeteu a sua 8ª Comunicação Nacional – NC8 e seu Inventário Nacional de Emissões (2023).

"1,5 °C compatível com o Acordo de Paris": indica que as políticas e compromissos climáticos de um país são consistentes com o limite de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris.

"Quase suficiente": indica que as políticas e compromissos climáticos de um país ainda não são consistentes com o limite de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris, mas poderiam ser com melhorias moderadas.

"Insuficiente": indica que as políticas e compromissos climáticos de um país precisam de melhorias substanciais para serem consistentes com o limite de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris.

"Altamente insuficiente": indica que as políticas e compromissos climáticos de um país não são consistentes com o limite de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris. Para muitos países nesta categoria, as políticas e compromissos levam ao aumento, em vez da queda, das emissões.

"Criticamente Insuficiente": indica que as políticas e compromissos climáticos de um país refletem uma ação mínima ou nenhuma e não são de todo consistentes com o Acordo de Paris.

O governo também vem atuando com companhias privadas russas do setor de energia para a implementação da agenda climática. **(18)** Como consequência da guerra contra a Ucrânia, a Rússia vem investindo em combustíveis fósseis, tendo sido o maior fornecedor individual de pagamentos de subsídios para o setor de combustíveis, em 2022, em decorrência da crise energética oriunda a partir do conflito. A economia continua dependente da produção e exportação de gás natural e carvão, o que gera dissonâncias com sua agenda climática. Apesar de a Rússia não adotar a transição justa em sua agenda, há um crescimento na abordagem da “transição equitativa”, um conceito paralelo aos moldes ocidentais que, inclusive, inclui as energias nucleares e gás natural como fontes de redução de gases do efeito estufa.

A agenda climática russa, portanto, preocupa-se com a eficiência energética do país. Na Cúpula do BRICS de 2024, a Rússia apresentou suas prioridades na agenda do clima, abarcando os temas de: transição energética equitativa, adaptação, soluções baseadas na natureza, mercado de carbono e precificação do carbono. **(19)** Além disso, a agenda climática russa preocupa-se com as interferências de países do ocidente sobre as economias de países em desenvolvimento, priorizando a definição de agendas climáticas únicas e independentes pelos próprios países, considerando suas especificidades econômicas.

Índia



A economia indiana, de forma similar à russa, é altamente dependente da emissão de combustíveis fósseis, mais especificamente derivados do carvão. Há um embate entre a agenda desenvolvimentista do governo, dependente da emissão de gases do efeito estufa em consequência da geração de energia, e suas ambições climáticas. Porém, ao mesmo tempo, o país vem reconhecendo a importância da agenda climática para sua economia enquanto país em desenvolvimento, o que leva a um investimento crescente em energias renováveis. **(20)**

O governo indiano vem procurando instituir políticas climáticas e de transição justa, inclusive concedendo subsídios e criando requisitos regulatórios e certificados de energia negociáveis. Porém, para que a Índia aumente suas políticas e ações climáticas, precisará de financiamento internacional. Deste modo, reforça o princípio CBDR e defende que os países desenvolvidos devem possuir maior responsabilidade pelo financiamento das ações de mitigação e adaptação climática, considerando seus históricos de emissões e riquezas acumuladas.

Atores importantes do setor energético do país, em conjunto com o governo, também vêm adotando uma percepção sobre “justiça climática”. **(21)** Na COP 28, a Índia afirmou seu papel de liderança na agenda defendendo a justiça climática e a equidade, clamando, ainda, para que as nações desenvolvidas cumpram seus compromissos de financiamento para com os países em desenvolvimento.

Na sua presidência do G20, em 2023, a Índia afirmou serem suas prioridades climáticas os temas de transição energética, o financiamento e a adaptação às mudanças climáticas. No final do evento, foi produzida a Declaração de Nova Delhi, na qual afirmou-se o papel dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em financiar iniciativas climáticas internacionalmente e em grande escala. **(22)**

China



A atual gestão do presidente Xi Jinping confere grande importância à agenda ambiental e climática, incorporando o tema nos Planos Quinquenais de desenvolvimento econômico e social para o curto prazo. Além disso, os demais documentos do governo, como planos de ação, diretrizes, relatórios de mudanças climáticas, dentre outros, demonstram uma crescente preocupação institucional com a agenda climática. Porém, o governo chinês defende o uso de combustíveis fósseis como parte da transição no setor energético para garantir estabilidade e segurança. **(23)**

No final de 2023, a economia chinesa atingiu um pico de emissões de gases do efeito estufa em decorrência da retomada da economia após o fim das políticas voltadas para a pandemia da COVID-19, evidenciando a priorização da utilização de combustíveis fósseis pela economia chinesa. Contudo, o crescente investimento em energias renováveis e a redução de novos projetos de energia baseados no carvão apontam para um relevante potencial de desenvolvimento da agenda climática na economia e política chinesas. **(24)**

África do Sul

Como os demais membros do BRICS, a África do Sul possui uma economia altamente dependente da produção de combustíveis fósseis e precisa de financiamento internacional climático para o desenvolvimento de suas políticas ambientais. Além disso, a nação passa por uma extensa crise energética que gera dificuldades na implementação desta agenda. **(25)** Apesar de a África do Sul ter adotado recentes políticas de energias renováveis, tendo elaborado o Programa de Aquisição de Produtores de Energia Independentes de Energia Renovável (REIPPP), também construiu duas centrais elétricas a carvão, em 2021, gerando um alto nível de emprego para a população sul africana. O país possui, ainda, um recente Plano de Investimento para a Transição Energética Justa (JET IP) (2023-2027) e está desenvolvendo um plano de energias renováveis. **(26)**

Por outro lado, a África do Sul vem aumentando seus esforços para ter acesso a financiamentos climáticos, como por meio da parceria “a Long-Term Just Energy Transition Partnership”, feita após a COP 26, a qual garante um montante inicial de \$ 8.5 bilhões de dólares, entre os anos de 2023 e 2027, para apoiar o país na busca por uma transição energética justa e por uma economia descarbonizada.

Em 2022, na COP 27, o presidente sul africano pontuou que os países desenvolvidos precisam cumprir seus compromissos de financiamento climático e que as instituições financiadoras, inclusive bancos multilaterais de desenvolvimento, precisam ser transformados, já que, atualmente, o apoio multilateral está fora do alcance da maioria da população mundial devido a políticas de crédito com custos onerosos.

Na Cúpula do BRICS de 2023, sediada na África do Sul, restou afirmado na Declaração de Joanesburgo (art. 57), a necessidade de se garantir uma transição justa, acessível e sustentável para uma economia de baixo carbono, em linha com o princípio das “Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas”, com os países em desenvolvimento ‘liderando pelo exemplo’ e preenchendo as lacunas existentes para a adoção de políticas efetivas de mitigação e adaptação climática a partir do cumprimento dos compromissos financeiros previstos no Acordo de Paris. (27)

Resumo dos resultados alcançados pela formação original do BRICS

A partir da análise da agenda climática de cada país original do BRICS, percebe-se que, apesar de possuírem discursos voltados às questões climáticas e serem signatários do Acordo de Paris, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul possuem o grande desafio de alinharem seus compromissos climáticos com suas políticas econômicas. Todos os 5 países são fundamentalmente dependentes dos combustíveis fósseis em suas economias, o que gera uma grande lacuna entre a retórica climática presente em políticas nacionais e as medidas econômicas efetivas a nível interno.

Ainda que Brasil, Índia e África do Sul apresentem um comprometimento, mesmo que retórico, sobre a agenda climática, apesar de suas economias anti-climáticas, o predomínio dos interesses políticos e de mercado da Rússia e da China, significativamente fundamentados na produção e exportação de combustíveis fósseis, mostram-se evidentes na coesão do grupo BRICS.

Uma agenda climática do BRICS apenas será possível a partir da efetividade da retórica climática dos Estados-membros originais por meio de ações para efetivar políticas duradoura, a longo prazo, e desalinhadas com a agenda ocidental, em favor da adoção de uma verdadeira agenda climática do Sul Global, correspondente às necessidades e desafios ambientais do grupo.

Os novos membros: BRICS+

Egito



O Egito é o segundo maior produtor de gás fóssil da África, tendo focado na expansão da produção e exportação destes combustíveis, atividade de maior destaque econômico e político do que os investimentos recentes em energia renovável feitos pelo país. Em sua economia, o Egito considera o gás fóssil como um “combustível de ponte”, procurando aumentar o consumo em quase todos os setores da economia. Após a invasão da Ucrânia, o Egito elevou significativamente as exportações para países europeus e pretende se posicionar como um centro regional de energia. Tais fatores podem fazer com que o Egito siga um caminho de continuar com altas emissões de carbono.

Apesar de tais fatores econômicos, em 2023, o Egito publicou seu segundo plano climático, passando a adotar meta de redução de emissões no setor energético. As novas metas climáticas egípcias tornam-se, portanto, mais ambiciosas, visando atingir 42% de energia renovável em seu mix de geração de eletricidade, até 2030. **(28)** No mesmo ano, o Egito organizou o “Egypt’s National Initiative for Smart Green Projects”, apresentado na COP 27, sediada em Sharm El Sheikh, no ano anterior. A presidência do Egito na COP 27, em 2022, demonstrou um esforço significativo do país para impulsionar soluções verdes em vários setores, com foco em infraestrutura, energia limpa e renovável e financiamento sustentável, por meio de várias iniciativas. **(29)**

Etiópia



A agenda climática da Etiópia desenvolveu-se principalmente após o fim da guerra civil em 2022. O documento “Ethiopia’s Ten Year Development Plan”, publicado em 2020, integra os novos esforços de renovação da agenda climática do governo que formará a base da atualização de sua estratégia climática central, a “Climate Resilient Green Economy” (CRGE). **(30)**

Em 2021, como parte da atualização de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) **(31)** sob o Acordo de Paris, o governo etíope anunciou cortes ambiciosos de emissões e outros compromissos, incluindo: a redução de suas emissões em 68% até 2030; reflorestamento e restauração de até 15 milhões de hectares; 40 intervenções de adaptação em agricultura, água, silvicultura, transporte, áreas urbanas, saúde, dentre outras. **(32)** A Etiópia é um dos poucos países classificados como “quase suficientes” pelo Climate Action Tracker, o que evidencia que os planos climáticos da Etiópia estão dentro do intervalo do que é considerado uma parcela justa do esforço global. **(33)**

Irã



Em decorrência de sanções e outros problemas econômicos, especialmente da alta inflação, o desenvolvimento da política climática iraniana é limitado, inclusive sobre energia renovável. As sanções econômicas diminuíram as exportações de petróleo iraniano, porém, em 2021, as emissões de gases do efeito estufa aumentaram. O Irã continua sendo um dos poucos países que não ratificou o Acordo de Paris, e único país do BRICS a não fazê-lo.

Em sua Pretensa Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC), de 2015, o Irã se comprometeu a reduzir as emissões em 4% ou 12%, abaixo do normal, até 2030. Ainda em 2015, o país publicou sua “Overarching Environmental Policy of the Islamic Republic of Iran”, na qual afirmou os cinco principais objetivos ambientais: gerir as alterações climáticas e combater as ameaças ambientais; promover uma economia verde através da mudança para uma indústria de baixo carbono; alterar os padrões de produção; otimizar o consumo de água e energia; e expandir o transporte público baseado em combustíveis verdes e não fósseis. (34)

Porém, seu Sétimo Plano Quinquenal de Desenvolvimento (2023–2027) evidencia como o Irã vem priorizando sua recuperação econômica em detrimento da adoção de novas políticas climáticas. Tal novo plano não aborda nenhuma questão de políticas de mitigação ou metas de energia renovável. (35)

Emirados Árabes



Em 2023, os Emirados Árabes sediaram a COP 28 em Dubai. O país pretende aumentar a produção e o consumo de combustíveis fósseis substancialmente até 2030, um movimento necessário para limitar o aquecimento abaixo de 1,5°. (36) Porém, sua economia continua essencialmente dependente dos combustíveis fósseis, evidenciando-se os usos políticos da presidência da COP para pressionar por novos acordos de petróleo e gás com governos estrangeiros. (37)

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas dos Emirados Árabes Unidos (2017–2050) possui os objetivos de gerenciar as emissões de gases de efeito estufa em conjunto com o sustento do crescimento econômico, minimizar os riscos e melhorar a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, além de incrementar a agenda econômica do país por meio de soluções inovadoras.

O Plano ainda possui três principais prioridades: o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Gestão de Emissões de GEE, a criação de programas nacionais para adaptação às mudanças climáticas e o desenvolvimento de um programa de diversidade econômica impulsionado pelo setor privado. (38)

Os Emirados Árabes possuem uma meta de reduzir suas emissões para 206 MtCO₂e até 2030. Em 2023, os Emirados Árabes atualizaram sua “Estratégia de Energia” para 2050, incluindo a meta de capacidade de “energia limpa” de 30%, até 2030, e removendo a participação anterior de 12% de energia a carvão de sua meta para 2050.

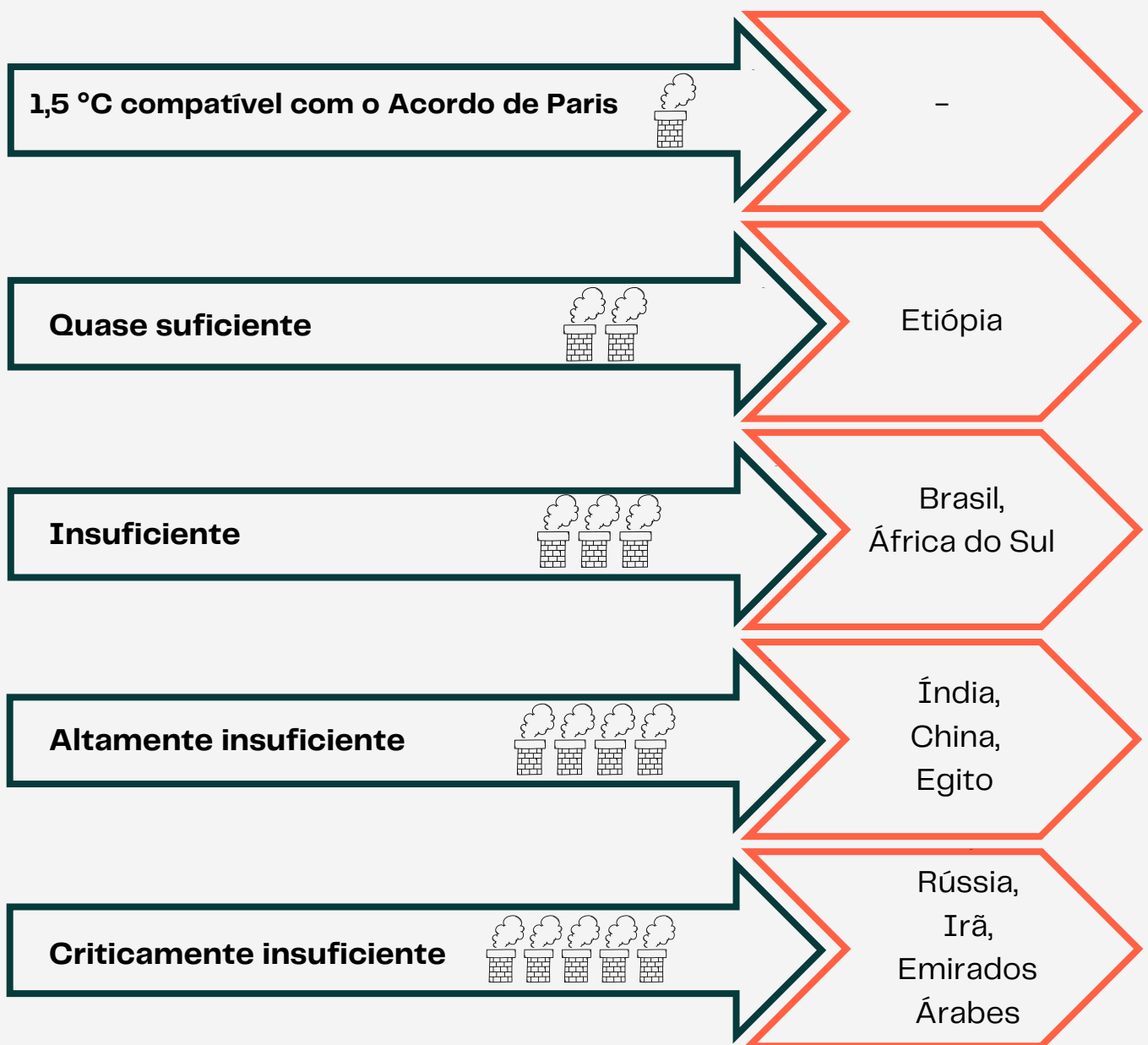
Por fim, os Emirados Árabes também anunciaram investimento de US\$ 54 bilhões em energias renováveis nos próximos anos, a fim de apoiar sua meta para 2030. Porém, a própria Estratégia prevê um grande papel a ser desempenhado pelos gases fósseis em 2050, o que está em franca contradição com a meta declarada pelo país de atingir emissões líquidas zero. (39)

Resumo dos resultados alcançados pelos países BRICS+:

Assim como no caso dos países originais do BRICS, os novos Estados membros também possuem suas economias fortemente dependentes da produção e exportação de combustíveis fósseis, de forma ainda mais veemente nos casos da Arábia Saudita e Irã. A Etiópia é o único país da expansão que possui uma retórica e atuação climática mais efetiva, em comparação com Egito, Irã e Arábia Saudita. Estes últimos, apesar de possuírem políticas climáticas nacionais e demonstrarem uma tentativa de aproximação com a agenda ambiental recente, são as principais economias exportadoras de petróleo do mundo, evidenciando um distanciamento maior com a agenda climática do que há, até mesmo, com as economias do Irã e da China.

A expansão do grupo, dessa forma, não representa um novo desafio, mas evidencia a fraqueza do grupo BRICS+ sobre a efetividade das economias climáticas de cada Estado. A dependência crescente dos Estados membros do BRICS na produção e exportação de combustíveis fósseis gera, conseqüentemente, uma priorização sobre tais formas econômicas no próprio grupo, em detrimento de medidas ambientais efetivas.

Resumo do BRICS+ segundo o CAT:



2.3. BRICS+: Possíveis impactos e tendências*

A cúpula do BRICS de 2022 foi um marco para reafirmar o compromisso do bloco com questões ambientais e de sustentabilidade. Durante o encontro, representantes dos países BRICS e de nações em desenvolvimento discutiram proposições para acelerar a implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030, destacando a importância crescente dos temas ambientais. O evento também serviu para fortalecer a aproximação com países fora do bloco, consolidando a ideia de expansão.

O presidente Xi Jinping, em seu discurso, reafirmou o apoio à expansão do bloco e à iniciativa "BRICS Plus" – ou BRICS+, originalmente proposta por ele em 2017. Ele sublinhou a importância de os países BRICS buscarem o desenvolvimento de portas abertas e incentivarem a cooperação internacional, mencionando o interesse de novo membros em aderir ao grupo.

Além disso, o presidente enfatizou que "passo a passo, organizamos uma variedade de eventos 'BRICS Plus' em áreas como inovação científica, intercâmbio cultural e desenvolvimento sustentável" (40), evidenciando a disposição da China em expandir o bloco e incluir novas prioridades em sua agenda. Apesar do BRICS não ter sido inicialmente focado em questões climáticas, esses temas têm se tornado centrais nas discussões do grupo, refletindo a importância crescente da sustentabilidade em suas estratégias.

A Cúpula de 2023, realizada em Joanesburgo, na África do Sul, foi marcada por intensas especulações e expectativas em torno da potencial expansão do BRICS. Vale ressaltar que, durante o período entre as cúpulas, mais de 40 países manifestaram interesse em aderir ao bloco, o que gerou grande debate entre os membros originais. No encerramento da reunião, após negociações intensas mediadas pela África do Sul, o BRICS anunciou a inclusão de seis novos países: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. As discussões internas sobre a expansão trouxeram à tona divergências estratégicas dentro do BRICS.

* A escrita deste tópico utilizou como referência os conteúdos das diversas entrevistas realizadas com acadêmicos e especialistas para a produção deste trabalho.

De um lado, Rússia e China se posicionaram como fortes defensores da ampliação, enfatizando o fortalecimento da presença do bloco em um cenário geopolítico multipolar. Por outro lado, Brasil e Índia mostraram-se mais cautelosos, preocupados com os impactos sobre a coesão interna e a governança do grupo. Tendo em vista o objetivo inerente ao grupo de representar um fórum internacional de países do Sul Global, a inclusão de novos países ao BRICS evidencia tal iniciativa de garantir um bloco de maior unidade e força, especialmente na seara econômica, com países do Sul Global, frente ao predomínio político do G7 no cenário internacional. **(41)**

A formalização da entrada dos novos membros no BRICS tem despertado grande interesse internacional, pois essa expansão tem o potencial de reconfigurar as dinâmicas geopolíticas, econômicas e comerciais globais. Além disso, a inclusão de países como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã pode influenciar significativamente a agenda climática global, uma vez que muitos deles são grandes emissores de gases de efeito estufa (GEE) e desempenham papéis estratégicos nas discussões sobre energia e sustentabilidade. **(42)**

Um dos maiores desafios enfrentados pelos países do BRICS+ é o equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade ambiental. Muitos dos novos membros são grandes produtores de combustíveis fósseis, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, cuja economia depende fortemente do setor de energia. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional pressiona esses países a adotar políticas de transição para uma economia de baixo carbono, conforme os compromissos assumidos no Acordo de Paris.

Porém, as contradições entre o crescimento econômico e a responsabilidade ambiental também já são questões para os antigos Estados membros do BRICS, uma vez que todos possuem suas economias fortemente dependentes dos combustíveis fósseis. Nesse sentido, a entrada dos novos Estados poderá reafirmar tal contradição já presente no grupo, porém reforçada com a entrada dos novos países.

Discutir a redução da exploração de petróleo, carvão e gás natural dentro do BRICS+ será complexo, especialmente considerando que já é difícil alcançar acordos entre os membros originais. A inclusão de grandes produtores de combustíveis fósseis, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, complica ainda mais essa situação, já que suas economias dependem fortemente de petróleo e gás. Isso cria barreiras para que o bloco adote compromissos mais rígidos de redução de emissões, complicando o avanço de uma agenda climática coesa.

O caso do Irã agrava essa complexidade, pois o país não faz parte do Acordo de Paris. Sua inclusão no bloco levanta questões sobre o alinhamento do BRICS com os esforços globais de combate às mudanças climáticas, uma vez que pode enfraquecer as metas globais de redução de emissões e atrasar discussões internas sobre transição energética.

Por outro lado, a inclusão do Irã e de outros países que precisam de uma transição energética pode, paradoxalmente, abrir espaço para um debate climático mais robusto dentro do BRICS, mas também há a possibilidade de que a discussão fique restrita a propostas de compensação e seja fortemente influenciada por questões econômicas.

Outro desafio que o grupo enfrenta é a heterogeneidade dos interesses nacionais, refletindo diferentes estágios de transição energética e necessidades econômicas. Países como China e Índia, embora signatários de compromissos climáticos, têm adotado uma transição energética gradual, que alinha seu crescimento econômico com o avanço de tecnologias de baixa emissão de carbono. (43)

A China, em particular, ocupa uma posição estratégica na cadeia de suprimento global de minerais críticos, como lítio e cobalto, essenciais para tecnologias renováveis e armazenamento de energia, o que lhe concede uma vantagem substancial nesse cenário. (44) O Brasil, por outro lado, destaca-se com uma matriz energética majoritariamente renovável, especialmente em hidrelétricas, e tem assumido um papel de liderança em discussões climáticas no bloco. (45)

Essa diversidade cria um potencial significativo para a cooperação intra-grupo, particularmente em áreas onde esses países podem compartilhar recursos e conhecimentos, como na inovação de tecnologias de energia limpa e em práticas de sustentabilidade urbana. No entanto, a presença de países produtores de petróleo, que ainda estão no início de suas estratégias de diversificação econômica, amplia as divergências no bloco e torna mais difícil a construção de um consenso sólido em torno das metas climáticas e da transição energética.

Vale ressaltar que, até o momento, não há uma disposição clara do BRICS para negociar coletivamente questões relacionadas a financiamento climático e cooperação técnica, o que pode comprometer a criação de uma agenda climática robusta. A inclusão de novos membros tende a agudizar ainda mais essa dinâmica interna, pois o grupo, que já enfrentava dificuldades para harmonizar seus interesses, agora se depara com uma pluralidade ainda maior de vozes. Ademais, questões como transparência e falta de democracia nas negociações também podem ser exacerbadas, especialmente em cenários onde o consenso entre todos os membros é necessário.

Apesar dos desafios, a expansão do BRICS também abre portas para novas oportunidades. O bloco agora inclui economias que, além de grandes emissores, são também vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, como Etiópia e Egito, países que enfrentam crises hídricas e pressões ambientais significativas. Essa vulnerabilidade pode fortalecer a necessidade de cooperação em temas como adaptação e financiamento climático, especialmente no que diz respeito às demandas dos países do Sul Global em fóruns multilaterais.

Nessa perspectiva, o Novo Banco de Desenvolvimento pode desempenhar um papel essencial em tal conjuntura. Com a expansão do bloco, o banco tem a chance de reformular suas prioridades e mobilizar recursos significativos para financiar projetos sustentáveis e de transição energética. O compromisso do NBD de destinar uma parte de seu portfólio para iniciativas climáticas pode ganhar ainda mais relevância com a inclusão dos novos membros, garantindo que sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas se tornem centrais nas estratégias do bloco.

Porém, tal possibilidade torna-se possível apenas caso o bloco adote uma agenda climática efetiva no futuro.

Além disso, a expansão também abre caminho para uma cooperação mais profunda com instituições internacionais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), que já atua em projetos sustentáveis e pode complementar o trabalho do NBD. A pressão por uma transição mais ampla, que vai além da energética, pode ganhar força com esses novos atores, que trarão discussões sobre a adaptação dos sistemas financeiros globais e o apoio a mudanças sustentáveis.

Deste modo, o fortalecimento da agenda climática dentro do BRICS+, impulsionado pelo NBD e outras instituições internacionais, pode transformar o bloco em um novo ator de peso no cenário internacional. A transição energética, que já é uma das áreas prioritárias do banco, e as questões relacionadas à resiliência climática, podem colocar o BRICS+ em posição de liderança em um momento crítico para a governança climática global.

De fato, a expansão do BRICS apresenta uma complexa combinação de desafios e oportunidades. A inclusão de países altamente dependentes de combustíveis fósseis, como Arábia Saudita e Emirados Árabes, ao lado de nações particularmente vulneráveis às mudanças climáticas, como Etiópia e Egito, exige um equilíbrio estratégico entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A inclusão dos novos países pode, portanto, ressaltar a importância da agenda climática para o bloco pelo fato de ser formado, majoritariamente, por Estados produtores e exportadores de combustíveis fósseis.

É importante dizer que, historicamente, o BRICS é um ator que promove a cooperação pacífica e evita temas de maior sensibilidade, focando em áreas de colaboração mútua. Essa tendência deve continuar com a entrada dos novos membros, mas o aumento da diversidade dentro do bloco pode tornar mais difícil alcançar consensos, especialmente em questões como transição energética e desenvolvimento sustentável.

Diante desse contexto, fica evidente que os novos países integrantes do BRICS+ vão enfrentar o desafio de equilibrar suas ambições de crescimento econômico com os compromissos ambientais do grupo. Ao refletirmos sobre os impactos da inclusão desses novos membros, podemos delinear três cenários possíveis.

A entrada dos novos países pode resultar em uma resistência à adoção de compromissos mais ambiciosos, refletindo uma prioridade maior para o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade. Alternativamente, a integração desses países pode não gerar mudanças significativas, resultando em uma continuidade das práticas e compromissos existentes sem um avanço substancial.

De outro modo, existe um cenário intimamente ligado à posição estratégica que a China está assumindo na transição energética. Nesse caso, a influência da China poderia incentivar o grupo a adotar posturas mais ambiciosas em relação aos compromissos ambientais, levando a uma mudança no posicionamento dos novos membros.

Posto isso, esse alinhamento será fundamental não apenas para preservar a coesão interna do BRICS+, mas também para assegurar sua relevância na governança global em um momento em que a agenda ambiental se torna uma questão central nas relações internacionais.

Notas

(1) Para melhor comparação, ver Anexo I – Quadro Comparativo – Menções à agenda climática e temas afins em documentos oficiais dos encontros do BRICS.

(2) Tradução livre. No original: We are fully committed to playing our part in the global fight against climate change and will contribute to the global effort in dealing with climate change issues through sustainable and inclusive growth and not by capping development. Disponível em: [2012 Delhi Declaration and Action Plan \(utoronto.ca\)](#).

(3) No original: 16. Consultative meeting of BRICS Senior Officials on the margins of relevant environment and climate related international fora, as necessary. Disponível em: Idem.

(4) No original: We expect that the first replenishment of the Green Climate Fund (GCF) by the end of 2019 will significantly exceed the initial resource mobilization, ensuring that financial contributions by donors match the ambition, needs and priorities of developing countries. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/191114-brasil.html>.

(5) Em inglês – Carbon Border Adjustment Mechanism – CBAM.

- (6) Tradução livre. No original: We oppose green trade barriers and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We underline that all measures taken to tackle climate change and bio-diversity loss must be designed, adopted and implemented in full conformity with the WTO agreements and must not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade and must not create unnecessary obstacles to international trade. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/220623-declaration.html>
- (7) No original: 87. We oppose unilateral measures introduced under the pretext of climate and environmental concerns and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final#English
- (8) <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/12/agenda-climatica-retoma-protagonismo-no-governo-brasileiro-avalia-diretor-do-mcti>
- (9) <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>
- (10) <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2lnvljy79lo>
- (11) <https://www.metropoles.com/brasil/escolhas-de-lula-mostram-incoerencia-entre-agenda-ambiental-e-petroleo>
- (12) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 10
- (13) <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>
- (14) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 10
- (15) <https://www.bbc.com/news/world-europe-67637803>
- (16) <https://climateactiontracker.org/countries/russian-federation/>
- (17) Idem
- (18) https://economy.gov.ru/material/file/ea220a3592bef9cd198738142bd9d43a/overview_of_rus_sias_practices_in_climate_change_mitigation_and_adaptation.pdf - p. 11
- (19) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 16-17
- (20) <https://climateactiontracker.org/countries/india/#:~:text=India's%20NDC%20has%20three%20main,energy%20resources%20by%202030%3B%20and>
- (21) O conceito de “justiça climática” origina-se do conceito de “justiça ambiental” e da percepção de que as mudanças climáticas impactam de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos. O conceito de justiça ambiental compreende que grupos sociais distintos possuem responsabilidades diferentes sobre o consumo dos recursos naturais, sendo que a desigualdade social define o grau de exposição dos grupos sociais aos riscos ambientais. Posteriormente, o conceito de justiça climática surge a partir da criação da rede “Stop Climate Chaos Coalition”, em 2005, com forte atuação na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O conceito de justiça climática significa colocar a equidade e os direitos humanos no centro da tomada de decisões e ações sobre as mudanças climáticas. Atualmente, a justiça climática está sendo usada regularmente por pessoas e comunidades, incluindo países em desenvolvimento, que são mais vulneráveis às mudanças climáticas e à degradação ambiental. O conceito coloca um desafio ético no cerne do argumento para a ação climática e identifica as mudanças climáticas como um sintoma de instituições econômicas, sociais e políticas injustas e não representativas, estabelecendo vínculos com outras questões como a crescente desigualdade global, não sendo puramente ambiental ou física por natureza.
- Ver também:
- <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/explainers/what-is-meant-by-climate-justice/>
- <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/climate-change-matter-justice-heres-why>
- https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf

(22) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 21

(23) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 25

(24) <https://climateactiontracker.org/countries/china/>

(25) <https://climateactiontracker.org/countries/south-africa/>

(26) Idem

(27) https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf - p. 30

(28) <https://climateactiontracker.org/countries/egypt/>

(29)

https://unfccc.int/documents/634405gad_source=1&gclid=CjwKCAjwmaO4BhAhEiwA5p4YL3tcw1NS8ca8IY5DI6u-MU2k9QZGqoVAZlgo06g1cvuDyDZhPvQZnRoC4MkQAvD_BwE

(30) <https://climateactiontracker.org/countries/ethiopia/>

(31) As NDCs, do inglês National determined contribution, estabelecem as contribuições de cada país para os objetivos do Acordo de Paris. Os documentos detalham os planos dos países para reduzir as emissões de GEE e ajudar a manter o aquecimento global “bem abaixo” de 2°C, idealmente em 1,5°C. No âmbito do Acordo de Paris, os países concordaram em apresentar novas NDCs a cada cinco anos, refletindo a “maior ambição possível”.

Ver também: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-contribuicoes-nacionalmente-determinadas-ndcs-e-por-que-sao-importantes>

(32) <https://www.usaid.gov/climate/country-profiles/ethiopia>

(33) <https://climateactiontracker.org/countries/ethiopia/>

(34) <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/iran-country-programme.pdf> - p. 7

(35) <https://climateactiontracker.org/countries/iran/>

(36) <https://climateactiontracker.org/countries/uae/>

(37) Investigação realizada pela BBC e pelo Center for Climate Reporting descobriu, a partir de documentos confidenciais preparados pela equipe dos Emirados Árabes para a COP 28 e vazados que mostram que os Emirados Árabes planejaram usar o seu papel como anfitrião das negociações climáticas da ONU em 2023 na COP 28 como uma oportunidade para fechar acordos de petróleo e gás com 15 nações, incluindo demais países-membros dos BRICS, como Brasil, China e Egito. A equipe dos Emirados Árabes não negou, na época, que planejava usar as reuniões marcadas durante a COP 28 para negociações de acordos comerciais. Os documentos foram utilizados como planejamento para reuniões paralelas com pelo menos 27 governos estrangeiros que foram marcados para ocorrer antes da COP 28. No que se refere ao Brasil, planejou solicitar para Marina Silva, ministra do Meio Ambiente do Brasil, apoio para "garantir o alinhamento e o endosso" de uma oferta da Adnoc para a compra de parte da Braskem, considerada a maior empresa petroquímica da América Latina.

Ver também: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cekpy981vy0o>

(38) <https://u.ae/en/about-the-uae/strategies-initiatives-and-awards/strategies-plans-and-vision/environment-and-energy/national-climate-change-plan-of-the-uae#:~:text=The%20primary%20objectives%20of%20the,diversification%20agenda%20through%20innovative%20solutions.>

(39) <https://climateactiontracker.org/countries/uae/>

(40) Tradução livre. No original: Step by step, we have organized a variety of "BRICS Plus" events in such areas as scientific and technological innovation, people-to-people exchanges and sustainable development. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2022-06-24/Full-text-Xi-Jinping-s-speech-at-the-14th-BRICS-Summit-1b6CYOtRtja/index.html>

- (41) <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/03/osbrics20.pdf>
- (42) Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf
- (43) Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2024>
- (44) De acordo com a European Commission, Study on Critical Raw Materials for the EU. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/57318397-fdd4-11ed-a05c-01aa75ed71a1>
- (45) <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/publication/energy-and-climate-change-brazils-energy-transition>

O Brasil na presidência do BRICS+

3.1. Mapeamento de cenário: o que esperar?

O Brasil assumirá a presidência do BRICS+ em 2025, marcando a terceira vez que o país desempenha esse papel, após os mandatos de 2014 e 2019. Inicialmente, estava previsto que o Brasil assumisse a presidência em 2024, mas, em um acordo com a Rússia, a liderança foi antecipada devido à realização do G20 em território brasileiro. Durante o período de presidência, o Brasil conduzirá uma série de reuniões de grupos de trabalho, que serão essenciais para a definição da agenda do bloco. O país que detém a presidência rotativa também é responsável por sediar a Cúpula do BRICS, que ocorrerá em Brasília em 2025, com a data ainda a ser confirmada.

Esse momento se torna ainda mais crucial quando levamos em consideração que, no próximo ano, o Brasil também sediará a Conferência das Partes (COP) em Belém, no Pará. A escolha de Belém, uma cidade na Amazônia, destaca o papel do país enquanto ator central nas discussões climáticas e seu comprometimento com essa agenda – e ainda poderá influenciar positivamente no avanço da pauta no BRICS+.

Dessa forma, o Brasil terá a chance de consolidar o papel do BRICS+ como ator relevante na governança global, enfatizando a necessidade de uma "transição justa" que considere as necessidades econômicas dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que mitiga os impactos das mudanças climáticas. Para isso, é fundamental que o Brasil construa diálogos eficazes, liderando pelo exemplo e utilizando sua experiência em políticas climáticas para estimular o consenso entre os membros do bloco.

Considerando-se os desafios da presidência brasileira, percebe-se a necessidade de uma maior efetividade das políticas climáticas brasileiras em sua agenda interna.

Como analisado no perfil do país, apesar de o governo Lula afirmar seu comprometimento com o meio ambiente, poucas políticas vêm sendo implementadas, havendo um grande investimento governamental na produção e exportação de combustíveis fósseis e demais projetos desenvolvimentistas antiambientais. Para que o Brasil possua uma forte política externa ambiental que ressoe na agenda de sua presidência dos BRICS+, precisará garantir uma efetividade de sua retórica política ambiental internamente.

A presidência brasileira concomitante do BRICS+ e do G20 poderá, ademais, gerar tensões entre a preferência da presidência brasileira por uma das duas agendas. Tendo em vista os antagonismos políticos e econômicos dos dois blocos ao G7, o Brasil poderá optar, estrategicamente, por priorizar a presidência que for mais relevante em sua agenda de expansão da política externa.

Nesse sentido, é preciso que a cooperação climática dentro do BRICS+ seja orientada por uma dinâmica colaborativa e efetiva, especialmente com a recente adesão de novos membros. A inclusão de países como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes traz tanto desafios quanto oportunidades para expandir a agenda climática do bloco, sendo um ponto de atenção para que essa ampliação não resulte em uma diminuição da ambição climática, mas, sim, em um fortalecimento das metas globais.

Cabe destacar que o Brasil pode fortalecer o papel do BRICS+ nas negociações climáticas globais principalmente por meio da formação de campos políticos coesos. É crucial distinguir entre o BRICS e o grupo BASIC (1). Enquanto o BASIC atua como efetivo grupo negociador que aborda temas específicos a serem discutidos nas Conferências das Partes (COPs), o BRICS se permite adotar abordagem mais abrangente. O BASIC se concentra na resistência a medidas coercitivas unilaterais, entendendo que o multilateralismo pode ajudar a evitar a implementação de tais ações, as quais, muitas vezes, drenam recursos do Sul Global.

Além disso, há um interesse crescente em aumentar a contribuição financeira do Brasil para as iniciativas climáticas.

No entanto, isso não elimina a necessidade de recursos adicionais oriundos do Norte Global para apoiar esses esforços. O apoio do Norte Global, porém, representa desafios quando se pensa nas especificidades da agenda climática do Sul Global e sua necessidade de uma efetiva justiça climática que vá além das medidas climáticas tradicionais. O predomínio da agenda climática dos países do Norte Global, componentes do G7, evidencia uma urgência do BRICS em criar sua própria agenda climática.

É fundamental reconhecer que o Novo Banco de Desenvolvimento, embora tenha parâmetros próprios e não atue diretamente com foco climático, pode desempenhar um papel estratégico nessa área. No entanto, sua recente constituição representa um potencial limite para pensarmos no papel do banco como financiador climático do bloco. A colaboração futura entre o NDB e as iniciativas climáticas do BRICS+ será crucial para impulsionar a agenda climática do grupo, permitindo que os países membros unam esforços para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e promover um desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, ao cultivar um ambiente de cooperação e diálogo, o Brasil poderá reforçar a posição do BRICS como um ator relevante nas negociações climáticas globais, promovendo não apenas a ambição climática, mas também a equidade e a justiça social nas políticas ambientais.

3.2. Possíveis temas e áreas de atuação

Embora ainda esteja sendo objeto de discussão, a presidência brasileira do BRICS+ deverá priorizar a mudança do clima como um tema central. Historicamente, e como relatado ao longo deste trabalho, a questão climática dentro do BRICS tem sido um tópico relativamente novo e com foco limitado, especialmente porque o bloco não atua como um grupo negociador formal. No entanto, países como Brasil, China e Rússia têm adotado posições individuais significativas em relação à agenda climática.

A partir de 2022, o BRICS começou a emitir declarações específicas sobre mudanças climáticas, refletindo a crescente relevância sistêmica do tema. Assim, durante a presidência brasileira, é esperado que o clima se torne uma prioridade, especialmente considerando a valorização do BRICS como um espaço importante para discussões sobre questões globais. A comparação com o BASIC, que é um grupo negociador ativo e tem contribuído para a agenda climática desde o Acordo de Paris, destaca a necessidade do BRICS de fortalecer sua atuação neste campo.

Dentre as áreas de atuação que o governo brasileiro poderá priorizar durante sua presidência no BRICS, destaca-se a promoção de uma nova rodada mais ambiciosa de Contribuições Nacionalmente Determinadas para a COP 30. O objetivo é estabelecer metas abrangentes que envolvam todas as economias dos países membros, incentivando-os a adotar compromissos climáticos mais rigorosos e uma maior responsabilidade global.

Outra prioridade deverá ser a ampliação do financiamento climático, com foco especial em iniciativas de mitigação e adaptação. O Brasil, em conjunto com os demais membros do BRICS+, poderá trabalhar para garantir a alocação de recursos necessários à construção de capacidades e à implementação de políticas climáticas eficazes. Esse eixo é fundamental para que os países do bloco possam enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Além disso, a discussão sobre uma transição justa será central na agenda do BRICS+. O governo brasileiro buscará promover uma transição inclusiva que reduza as desigualdades, tanto entre os países quanto dentro das sociedades, assegurando que os ônus e as oportunidades sejam distribuídos de forma equitativa. Essa abordagem poderá garantir que os mais vulneráveis não sejam deixados para trás no processo de descarbonização, reforçando o compromisso do Brasil com uma agenda climática que priorize a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

Notas

(1) O grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) é uma coalizão formada em 2009 por esses quatro países em desenvolvimento, com o objetivo de coordenar posições e fortalecer sua influência nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. A criação do grupo ocorreu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15) em Copenhague, em resposta à necessidade de uma voz conjunta dos países em desenvolvimento no combate às mudanças climáticas, equilibrando o peso das nações desenvolvidas no debate. Os membros do BASIC compartilham interesses comuns relacionados à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, mas também estão preocupados com a necessidade de justiça climática e o reconhecimento das diferentes responsabilidades históricas e capacidades econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais princípios defendidos pelo grupo é o da responsabilidade comum, porém diferenciada, que afirma que todos os países devem contribuir para o combate às mudanças climáticas, mas de maneira proporcional às suas contribuições históricas para o problema e às suas capacidades de enfrentá-lo (HURRELL, 2010).

Considerações

Finais

A atuação dos países membros do BRICS no combate à crise climática é marcada por responsabilidades e desafios significativos. Embora, enquanto bloco, o BRICS não tenha desempenhado um papel central nas negociações do Acordo de Paris, a análise individual dos países revela que alguns membros exercem influências relevantes na agenda climática global. No entanto, as políticas climáticas dos cinco países ainda não estão alinhadas com o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. A dependência de combustíveis fósseis, insuficiência de financiamento climático e tensões geopolíticas se configuram como obstáculos substanciais à implementação de políticas mais eficazes.

Desde a assinatura do Acordo de Paris, o BRICS tem encontrado dificuldades para apresentar um posicionamento unificado nas negociações climáticas internacionais, refletindo a diversidade de interesses e realidades nacionais. Enquanto há convergência em alguns pontos, as disparidades internas, como por exemplo o status da Rússia fora da categoria de países em desenvolvimento e a variação nas Contribuições Nacionalmente Determinadas, afetam a capacidade do bloco de adotar uma abordagem coesa em relação às metas climáticas. Em suas políticas nacionais, os países do bloco possuem dificuldade em tornar efetivos seus compromissos climáticos expressos em suas agendas. Outro desafio se refere ao predomínio da agenda climática hegemônica do G7 internacionalmente, demonstrando a urgência de que os países do BRICS+ desenvolvam projetos climáticos efetivos voltados para as questões climáticas do Sul Global.

O discurso do BRICS em relação a agenda climática ainda está centrado em um modelo econômico que prioriza o crescimento sustentável, mas é necessário um alinhamento mais profundo com os debates internacionais sobre sustentabilidade e justiça climática.

Com a recente expansão do bloco, e a inclusão de novos membros como Egito, Emirados Árabes Unidos e Irã, desafios e oportunidades são colocados em pauta para a agenda climática do BRICS+. Embora o bloco possa aumentar sua influência global em questões relacionadas à transição energética devido às vastas reservas de metais e minerais críticos, a dependência de combustíveis fósseis de muitos dos novos membros pode dificultar o avanço de políticas climáticas mais rigorosas e inclusivas.

Neste contexto, a presidência do Brasil no BRICS+, em 2025, oferece uma oportunidade estratégica para o país liderar as discussões sobre uma transição energética justa e sustentável. Com uma matriz energética diversificada e um histórico de liderança nas negociações climáticas internacionais, o Brasil terá a chance de promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e compromissos ambientais dentro do bloco. Ao mesmo tempo, será necessário coordenar as diferentes ambições dos membros para garantir a coesão interna e o avanço de ações climáticas eficazes.

Em suma, o BRICS é um ator de grande relevância na governança climática global, mas enfrenta desafios consideráveis para harmonizar as diversas agendas internas de seus membros com os compromissos internacionais. O sucesso do bloco no combate às mudanças climáticas dependerá da sua capacidade de encontrar consenso entre suas ambições de desenvolvimento e as exigências de sustentabilidade, promovendo um futuro mais justo e sustentável.

Em resumo:

- Desde a sua formação, o BRICS, ao menos a nível retórico, vocaliza preocupação para com as questões climáticas. Já na Declaração de Ecaterimburgo, de 2009, há menção expressa ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, revelando a posição coletiva, na arena internacional, de cobrar responsabilização e reparação dos países desenvolvidos na forma de financiamento para mitigação e adaptação;

- Não obstante o discurso, resta evidenciada uma dissonância entre o posicionamento na arena internacional e as práticas individuais, em larga medida, explicada pelo fato de serem os países do grupo significativamente dependentes de combustíveis fósseis como matriz energética;
- Percebe-se, portanto, que o BRICS+ não possui uma agenda climática consolidada, apesar da atuação individualizada em projetos sobre o tema, bem como de afirmar um "compromisso climático" em seus diferentes documentos. O bloco fundamenta sua atuação na área somente a partir das políticas externas de seus Estados membros, não havendo um entendimento coletivo de agenda e ação;
- Os Estados membros do BRICS+ possuem economias fortemente dependentes de combustíveis fósseis, cada um com um nível de dependência variável. Os novos países incluídos com a expansão do bloco, por exemplo, possuem suas economias muito mais dependentes dos combustíveis fósseis que os membros anteriores do BRICS. Tal expansão poderá gerar um escrutínio político internacional maior para que o bloco defina uma agenda climática efetiva.

Recomendações aos países BRICS+:

- Fortalecer as agendas climáticas domésticas para que, assim, possa haver a possibilidade de construção de uma agenda climática do BRICS+;
- Fortalecer os projetos de cooperação e investimento ambientais, climáticos e de transição energética, inclusive com demais países de outros blocos, com o intuito de superar os desafios impostos pela dependência econômica na produção e exportação de combustíveis fósseis;
- Definir um objetivo claro para a construção de uma agenda climática e de transição justa pelo BRICS+.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Ministro Mauro Vieira Destaca Retorno Do Brasil Ao Cenário Internacional. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/ministro-mauro-vieira-destaca-retorno-do-brasil-ao-cenario-internacional>.

_____. BRICS vai convidar Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria e mais nove países. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-10/brics-vai-convidar-cuba-bolivia-turquia-nigeria-e-mais-nove-paises>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Compromissos Estabelecidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Disponível em: <https://encurtador.com.br/OQMGe>

_____. Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Kazan. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final#English

BRICS Information Center. University of Toronto. Fourth BRICS Summit. Delhi Declaration. 2012. Disponível em: [2012 Delhi Declaration and Action Plan \(utoronto.ca\)](#)

_____. University of Toronto. Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders. 2009. Disponível em: [BRIC Joint Statement, 2009 \(utoronto.ca\)](#)

_____. University of Toronto. 2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement. 2010. Disponível em: [BRICS Leaders Joint Statement, 2010 \(utoronto.ca\)](#)

_____. University of Toronto. XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration. 2021. Disponível em: [XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration \(utoronto.ca\)](#)

_____. University of Toronto. Brasília Declaration. 2019. Disponível em: [2019 Brasilia Declaration \(utoronto.ca\)](#)

_____. University of Toronto. XIV BRICS Summit Beijing Declaration. 2022. Disponível em: [XIV BRICS Summit Beijing Declaration \(utoronto.ca\)](#)

BRICS POLICY CENTER. “Publicação BPC Beatriz.” 2023. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2023/11/publicacao-bpc-beatriz.pdf>

_____. “Ambição BRICS 2024: Sumário Executivo.” 2024. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf.

CENEGRI. “Vista Do BRICS Plus: Perspectivas Da Proposta de Expansão.” 2024. Disponível em: <https://revistaintellecator.cenegri.org.br/index.php/intellecator/article/view/65/52>

CLIMATE ACTION TRACKER. Brazil. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>

<https://climateactiontracker.org/countries/china/> China. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/egypt/> Egypt. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/ethiopia/> Ethiopia. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/india/#:~:text=India's%20NDC%20has%20three%20main,energy%20resources%20by%202030%3B%20and> India. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/iran/> Iran. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/russian-federation/> Russian Federation. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/south-africa/> South Africa. Disponível em:

<https://climateactiontracker.org/countries/uae/> UEA. Disponível em:

GARCIA, Rafael. O Globo. 'Passando a boiada': Uma retrospectiva da gestão Bolsonaro no Meio Ambiente. 30/12/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>

GLADUN. Elena, AHSAN, Dewan. BRICS countries' political and legal participation in the global climate agenda . BRICS Law Journal. 2016.

GREEN CLIMATE FUND. Country programme – Islamic Republic Iran. 18 February 2022. Disponível em: <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/iran-country-programme.pdf>

HURRELL, A. (2010). Brazil and the BASIC Group: A New Coalition in the Climate Change Negotiations? In R. S. Wilkinson & D. S. Millner (Eds.), *The Politics of Climate Change: A Survey*. Oxford University Press.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO. Agenda climática retoma protagonismo no governo brasileiro, avalia diretor do MCTI. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/12/agenda-climatica-retoma-protagonismo-no-governo-brasileiro-avalia-diretor-do-mcti>

MINISTRY OF ECONOMIC DEVELOPMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION. Overview of Russia's practices in climate change mitigation and adaptation. Disponível em: https://economy.gov.ru/material/file/ea220a3592bef9cd198738142bd9d43a/overview_of_russias_practices_in_climate_change_mitigation_and_adaptation.pdf

PUDOVKIN, Evgeny. BBC. How the war changed Russia's climate agenda. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-67637803>

RONG, F. Understanding developing country stances on post-2012 climate change negotiations: Comparative analysis of Brazil, China, India, Mexico, and South Africa. *Energy Policy*. 2010.

SANDRIN, Paula; AMIGO, Camila (et. al.). Ambição climática dos países BRICS - 2ª edição 2024. BPC PAPERS V.11. N. 04 - OUTUBRO - OUTUBRO/2024. RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf

UAE. National Climate Change Plan of the UAE 2017–2050. Disponível em: <https://u.ae/en/about-the-uae/strategies-initiatives-and-awards/strategies-plans-and-visions/environment-and-energy/national-climate-change-plan-of-the-uae#:~:text=The%20primary%20objectives%20of%20the,diversification%20agenda%20through%20innovative%20solutions>

UNCC. “Egypt’s National Initiative for Smart Green Projects: A Unique Model in Localizing Climate Action” Concept Note. Disponível em: https://unfccc.int/documents/634405?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwmaO4BhAhEiwA5p4YL3tcw1NS8ca8IY5DI6u-MU2k9QZGqoVAZlgo06g1cvuDYdZhpvQZnRoC4MkQAvD_BwE

USAID. Ethiopia – Climate Change Country Profile. Fact Sheet – November 29, 2023. Disponível em: <https://www.usaid.gov/climate/country-profiles/ethiopia>

XIE, Letian, QUAN, Yilin. *The Process, Role, and Future of BRICS Participating in Global Climate Governance. COVID-19 and Climate Change in BRICS Nations*. Routledge. 2023.

Anexo I

Quadro Comparativo – Menções à agenda climática e temas afins em documentos oficiais dos encontros do BRICS

Legenda:

Climate change

CBDR(-RC)

Climate change / energy

Climate change / food security / impact on agriculture

Climate change / transfer of technology – scientific knowledge – capacity building

GCF (Green Climate Fund) – financing

Green trade barriers

Ano	Local	Documento	Conteúdo
16/06/2009	Ecaterimburgo, Rússia	Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders	9. We support international cooperation in the field of energy efficiency. We stand ready for a constructive dialogue on how to deal with climate change based on the principle of common but differentiated responsibility , given the need to combine measures to protect the climate with steps to fulfill our socio-economic development tasks.
15/04/2010	Brasília, Brasil	2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement	17. We express our satisfaction with the Meeting of Ministers of Agriculture and Agrarian Development in Moscow, where they discussed ways of promoting quadripartite cooperation, with particular attention to family farming. We are convinced that this will contribute towards global food production and food security. We welcome their decision to create an agricultural information base system of the BRIC countries, to develop a strategy for ensuring access to food for vulnerable populations, to reduce the negative impact of climate change on food security , and to enhance agriculture technology cooperation and innovation. 22. We acknowledge that climate change is a serious threat which requires strengthened global action. We commit ourselves to promote the 16th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and the 6th Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, in Mexico, to achieve a comprehensive, balanced and binding result to strengthen the implementation of the Convention and the Protocol. We believe that the Convention and the Protocol provide the framework for international negotiations on climate change. The negotiations in Mexico should be more inclusive, transparent, and should result in outcomes that are fair and effective in addressing the challenge of climate change, while reflecting the principles of the Convention, especially the principle of equity and common but differentiated responsibilities.
14/04/2011	Sanya, China	Sanya Declaration	18. We support the development and use of renewable energy resources. We recognize the important role of renewable energy as a means to address climate change. We are convinced of the importance of cooperation and information exchange in the field of development of renewable energy resources.

Ano	Local	Documento	Conteúdo
14/04/ 2011	Sanya, China	Sanya Declaration	<p>22. Climate change is one of the global threats challenging the livelihood of communities and countries. China, Brazil, Russia and India appreciate and support South Africa's hosting of UNFCCC COP17/CMP7. We support the Cancun Agreements and are ready to make concerted efforts with the rest of the international community to bring a successful conclusion to the negotiations at the Durban Conference applying the mandate of the Bali Roadmap and in line with the principle of equity and common but differentiated responsibilities. We commit ourselves to work towards a comprehensive, balanced and binding outcome to strengthen the implementation of the United Nations Framework Convention on Climate Change and its Kyoto Protocol. The BRICS will intensify cooperation on the Durban conference. We will enhance our practical cooperation in adapting our economy and society to climate change.</p>
29/03/ 2012	Nova Délhi, Índia	Fourth BRICS Summit: Delhi Declaration	<p>2. We met against the backdrop of developments and changes of contemporary global and regional importance – a faltering global recovery made more complex by the situation in the euro zone; concerns of sustainable development and climate change which take on greater relevance as we approach the UN Conference on Sustainable Development (Rio+20) and the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity being hosted in Brazil and India respectively later this year; the upcoming G20 Summit in Mexico and the recent 8th WTO Ministerial Conference in Geneva; and the developing political scenario in the Middle East and North Africa that we view with increasing concern. Our deliberations today reflected our consensus to remain engaged with the world community as we address these challenges to global well-being and stability in a responsible and constructive manner.</p> <p>29. We congratulate South Africa on the successful hosting of the 17th Conference of Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change and the 7th Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (COP17/CMP7) in December 2011. We welcome the significant outcomes of the Conference and are ready to work with the international community to implement its decisions in accordance with the principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities.</p> <p>30. We are fully committed to playing our part in the global fight against climate change and will contribute to the global effort in dealing with climate change issues through sustainable and inclusive growth and not by capping development. We emphasize that developed country Parties to the UNFCCC shall provide enhanced financial, technology and capacity building support for the preparation and implementation of nationally appropriate mitigation actions of developing countries.</p> <p>39. Energy based on fossil fuels will continue to dominate the energy mix for the foreseeable future. We will expand sourcing of clean and renewable energy, and use of energy efficient and alternative technologies, to meet the increasing demand of our economies and our people, and respond to climate concerns as well. In this context, we emphasise that international cooperation in the development of safe nuclear energy for peaceful purposes should proceed under conditions of strict observance of relevant safety standards and requirements concerning design, construction and operation of nuclear power plants. We stress IAEA's essential role in the joint efforts of the international community towards enhancing nuclear safety standards with a view to increasing public confidence in nuclear energy as a clean, affordable, safe and secure source of energy, vital to meeting global energy demands.</p>
27/03/ 2013	Durban, África do Sul	BRICS and Africa: Partnership for Development, Integration and Industrialisation eThekweni Declaration	<p>37. While acknowledging that climate change is one of the greatest challenges and threats towards achieving sustainable development, we call on all parties to build on the decisions adopted in COP18/CMP8 in Doha, with a view to reaching a successful conclusion by 2015, of negotiations on the development of a protocol, another legal instrument or an agreed outcome with legal force under the Convention applicable to all Parties, guided by its principles and provisions.</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
15/07/2014	Fortaleza, Brasil	The 6th BRICS Summit: Fortaleza Declaration	<p>5. The Sixth Summit takes place at a crucial juncture, as the international community assesses how to address the challenges of strong economic recovery from the global financial crises, sustainable development, including climate change, while also formulating the post-2015 Development Agenda. At the same time, we are confronted with persistent political instability and conflict in various global hotspots and non-conventional emerging threats. On the other hand, international governance structures designed within a different power configuration show increasingly evident signs of losing legitimacy and effectiveness, as transitional and ad hoc arrangements become increasingly prevalent, often at the expense of multilateralism. We believe the BRICS are an important force for incremental change and reform of current institutions towards more representative and equitable governance, capable of generating more inclusive global growth and fostering a stable, peaceful and prosperous world.</p> <p>52. Acknowledging that climate change is one of the greatest challenges facing humankind, we call on all countries to build upon the decisions adopted in the UN Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) with a view to reaching a successful conclusion by 2015, of negotiations on the development of a protocol, another legal instrument or an agreed outcome with legal force under the Convention applicable to all Parties, in accordance with the principles and provisions of UNFCCC, in particular the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities. In this regard, we reiterate our support to the Presidency of the 20th session of the Conference of the Parties and the 10th session of the Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, to be held in Lima, Peru, in December 2014. We also note the convening of the UN Climate Summit 2014 to be held this September.</p> <p>61. We are committed to promoting agricultural cooperation and to exchange information regarding strategies for ensuring access to food for the most vulnerable population, reduction of negative impact of climate change on food security and adaptation of agriculture to climate change. We recall with satisfaction the decision of UN General Assembly to declare 2014 the International Year of Family Farming</p>
09/07/2015	Ufa, Rússia	VII BRICS Summit: 2015 Ufa Declaration	<p>53. We reiterate our commitment to further develop agricultural cooperation, in particular, related to agricultural technologies and innovations, provision of food for the most vulnerable communities, mitigation of the negative impact of climate change on food security and the adaptation of agriculture to climate change, reducing volatility in agricultural markets, sharing up-to-date market information, enhancing trade and investment, including through participation in exhibitions, fairs, and investment forums. We actively support the UN General Assembly decision to declare 2015 the International Year of Soils, and express our intention to contribute to the implementation of effective policies and activities aimed at ensuring sustainable management and protection of soil resources.</p> <p>65. (...) We reaffirm our commitment to the ambitious post-2015 development agenda, which is to be approved by the UN Summit. We reiterate that the post-2015 development agenda should be built on the foundation laid by the Millennium Development Goals, ensure completion of unfinished commitments and respond to new challenges. A post-2015 development agenda should furthermore reinforce the international community's commitment to eradicate poverty achieve sustained, equitable and inclusive economic growth and sustainable development, fully comply with all principles of the UN Conference on Environment and Development held in Rio in 1992, including, in particular, the principle of Common But Differentiated Responsibilities (CBDR). We stress the importance of an integrated approach to the means of implementation of the post-2015 development agenda.</p> <p>67. We express our readiness to address climate change in a global context and at the national level and to achieve a comprehensive, effective and equitable agreement under the United Nations Framework Convention on Climate Change. (...) We stress the importance of transfer of technology and scientific knowledge to address climate change and its adverse effects and therefore agreed to conduct joint research on the priority issues of common interest.</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
16/10/2016	Goa, Índia	8th BRICS Summit: Goa Declaration	<p>21. We welcome the adoption of landmark 2030 Agenda for Sustainable Development and its Sustainable Development Goals during the UN Summit on Sustainable Development on 25 September 2015 and the Addis Ababa Action Agenda at the Third International Conference on Financing for Development. We welcome the people-centred and holistic approach to sustainable development enshrined in the 2030 Agenda and its emphasis on equality, equity and quality-life to all. We welcome the reaffirmation of the guiding principles of the implementation of the 2030 Agenda, including the principle of Common But Differentiated Responsibilities (CBDR).</p> <p>54. We recognise that nuclear energy will play a significant role for some of the BRICS countries in meeting their 2015 Paris Climate Change Agreement commitments and for reducing global greenhouse gas emissions in the long term. In this regard, we underline the importance of predictability in accessing technology and finance for expansion of civil nuclear energy capacity which would contribute to the sustainable development of BRICS countries.</p> <p>70. We support a wider use of natural gas as an economically efficient and clean fuel to promote sustainable development as well as to reduce the greenhouse emissions in accordance with the Paris Agreement on climate change.</p> <p>92. We welcome the adoption of the Paris Agreement anchored in the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), and its signing by a large number of countries on 22 April 2016. We emphasise that the comprehensive, balanced and ambitious nature of the Paris Agreement reaffirms the principles of UNFCCC including the principle of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in light of different national circumstances (CBDR & RC).</p>
04/09/2017	Xiamen, China	BRICS Leaders Xiamen Declaration	<p>16. We commit to further promote green development and low-carbon economy, in the context of sustainable development and poverty eradication, enhance BRICS cooperation on climate change and expand green financing. We call upon all countries to fully implement the Paris Agreement adopted under the principles of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) including the principles of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, and urge developed countries to provide financial, technological and capacity-building support to developing countries to enhance their capability in mitigation and adaptation.</p> <p>8. Noting the fruitful agricultural cooperation over the past years, we recognize the unique characteristics and complementarity of BRICS countries in agricultural development and vast cooperation potential in this area. In this connection, we agree to deepen cooperation in the five priority areas such as food security and nutrition, adaptation of agriculture to climate change, agricultural technology cooperation and innovation, agricultural trade and investment, and ICT application in agriculture to contribute to stable global agricultural growth and achievement of Sustainable Development Goals. We welcome the establishment in India of the Coordination Center of BRICS Agriculture Research Platform, a virtual network which will facilitate addressing these priority areas.</p>
26/07/2018	Joanesburgo, África do Sul	10th BRICS Summit Johannesburg Declaration	<p>21. Regarding Climate Change, we welcome the progress towards finalizing the Work Programme under the Paris Agreement and express our willingness to continue working constructively with other Parties to conclude its related negotiations at the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) towards the 24th Conference of the Parties (UNFCCC COP24) to be held in Katowice, Poland in December 2018. We call upon all countries to fully implement the Paris Agreement adopted under the principles of the UNFCCC including the principles of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, and urge developed countries to provide financial, technological and capacity-building support to developing countries to enhance their capability in mitigation and adaptation.</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
26/07/2018	Joanesburgo, Africa do Sul	10th BRICS Summit Johannesburg Declaration	25. We reaffirm and support the establishment of the BRICS Agricultural Research Platform (ARP) initiated by India in 2016. We appreciate the fundamental importance of research, development and innovation in global sustainability and competitiveness. We endeavour to strengthen the agricultural research collaborative networks among the BRICS countries to enhance the resilience of the collective agricultural and food systems in the face of the changing climate. We recognise the need for follow-up steps in implementing the aims and objectives of the ARP. We commit to step up intra-BRICS collaboration including within the frame of the Agriculture Research Platform and the Basic Agriculture Information Exchange System (BAIES).
14/11/2019	Brasília, Brasil	Brasília Declaration	10. We reiterate our commitment to the implementation of the Paris Agreement adopted under the principles of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), including the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances. We urge developed countries included in Annex II to scale up the provision of financial, technological and capacity-building assistance to developing countries to support mitigation and adaptation action. We expect that the first replenishment of the Green Climate Fund (GCF) by the end of 2019 will significantly exceed the initial resource mobilization, ensuring that financial contributions by donors match the ambition, needs and priorities of developing countries. We are also committed to working for the success of UNFCCC COP 25, particularly with regard to achieving a balanced and comprehensive outcome on all remaining items of the Paris Agreement Work Program.
17/11/2020	Moscú, Rússia (virtual)	XII BRICS Summit Moscow Declaration	82. We reiterate our commitment to the implementation of the Paris Agreement adopted under the principles of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), including the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances. We urge developed countries included in Annex II to scale up the provision of financial, technical, technological and capacity-building assistance to developing countries to support mitigation and adaptation action. We also acknowledge in this respect the Statement of the 6th BRICS Ministers of Environment Meeting on 30 July 2020. We welcome the progress within the BRICS Environmentally Sound Technology (BEST) Platform, including the initiative to establish the BEST Platform "matrix". We look forward to further strengthening cooperation on environmental issues, in particular combating marine plastic litter as a key focus of the BRICS Clean Rivers Programme.
09/09/2021	Nova Delhi, Índia (virtual)	XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration	35. We reaffirm our commitment to the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development in its three dimensions – economic, social and environmental. We note with concern that the COVID-19 pandemic has disrupted efforts to achieve the 2030 Agenda and reversed years of progress on poverty, hunger, health care, education, climate change , access to clean water, and environmental protection. While the virus has impacted everyone, it is affecting the world's poorest and most vulnerable the most. We, therefore, call upon the international community to foster global development partnerships to address the impact of the pandemic and to accelerate the implementation of 2030 Agenda by advancing the Means of Implementation, while giving special attention to the needs of developing countries. We urge donor countries to honour their Official Development Assistance (ODA) commitments and to facilitate capacity building and the transfer of technology along with additional development resources to developing countries, in line with the national policy objectives of recipientes.

Ano	Local	Documento	Conteúdo
09/09/ 2021	Nova Delhi, Índia (virtual)	XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration	<p>46. We reaffirm our commitment to the full implementation of the UNFCCC, its Kyoto Protocol and Paris Agreement, and to the principles of UNFCCC including 'Common But Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities' in the light of different national circumstances. We recognize that peaking of Greenhouse Gas Emissions will take longer for developing countries, in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty. We emphasize the need to ensure a holistic approach to climate change, focused on all dimensions including mitigation, adaptation, financing, capacity building and technology transfer along with sustainable lifestyles. We encourage further discussions and events among BRICS countries in this regard. We recall relevant Paris Agreement provisions that mandate developed countries included in its Annex II to provide the necessary means of implementation including through funding, capacity building and technology transfer to developing countries to enable implementation of their climate action in the context of sustainable development.</p>
23/06/ 2022	Pequim, China (virtual)	XIV BRICS Summit Beijing Declaration	<p>52. We note with concern that the COVID-19 pandemic has disrupted efforts to achieve the 2030 Agenda for Sustainable Development and reversed years of progress on poverty, hunger, health care, education, climate change, access to clean water, and environmental protection. We reaffirm our commitment to the implementation of the 2030 Agenda in all its three dimensions – economic, social and environmental – in a balanced and integrated manner. We stress that the international community should attach more importance to development, revitalize global development partnerships and push for realization of all sustainable development goals by pooling the necessary resources to instill fresh momentum into implementing the 2030 Agenda. We urge donor countries to honour their Official Development Assistance (ODA) commitments and to facilitate capacity building and the transfer of technology along with additional development resources to developing countries, in line with the national policy objectives of recipients. We stress the importance of dialogue between the relevant development agencies from the BRICS countries.</p> <p>53. We commemorate the 30th anniversary of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and call on all parties to adhere to the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances and in accordance with the institutional arrangement of nationally determined contributions, and to implement the UNFCCC and its Paris Agreement in an accurate, balanced and comprehensive way, based on existing consensus. We recall relevant provisions of the Paris Agreement, emphasizing that the Paris Agreement aims to strengthen global response to the threat of climate change in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty, and that peaking of Green House Gas (GHG) emissions will take longer for developing countries. We underline that the developed countries have historical responsibilities for global climate change, and should take the lead in scaling up mitigation actions and scale up indispensable support to developing countries on finance, technology and capacity-building. We express our support to the incoming Egyptian Presidency of COP27, working towards the success of COP27 and promote COP27 to prioritize implementation and highlight the reinforcement of adaptation and delivery and enhancement of developed countries' commitments to provide financial support and technology transfer to developing countries.</p> <p>54. We oppose green trade barriers and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We underline that all measures taken to tackle climate change and bio-diversity loss must be designed, adopted and implemented in full conformity with the WTO agreements and must not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade and must not create unnecessary obstacles to international trade. We express our concern at any discriminatory measure that will distort international trade, risk new trade frictions and shift burden of addressing climate change to other trading partners, developing countries and BRICS members.</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
09/09/ 2021	Nova Delhi, Índia (virtual)	XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration	<p>46. We reaffirm our commitment to the full implementation of the UNFCCC, its Kyoto Protocol and Paris Agreement, and to the principles of UNFCCC including 'Common But Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities' in the light of different national circumstances. We recognize that peaking of Greenhouse Gas Emissions will take longer for developing countries, in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty. We emphasize the need to ensure a holistic approach to climate change, focused on all dimensions including mitigation, adaptation, financing, capacity building and technology transfer along with sustainable lifestyles. We encourage further discussions and events among BRICS countries in this regard. We recall relevant Paris Agreement provisions that mandate developed countries included in its Annex II to provide the necessary means of implementation including through funding, capacity building and technology transfer to developing countries to enable implementation of their climate action in the context of sustainable development.</p>
23/06/ 2022	Pequim, China (virtual)	XIV BRICS Summit Beijing Declaration	<p>52. We note with concern that the COVID-19 pandemic has disrupted efforts to achieve the 2030 Agenda for Sustainable Development and reversed years of progress on poverty, hunger, health care, education, climate change, access to clean water, and environmental protection. We reaffirm our commitment to the implementation of the 2030 Agenda in all its three dimensions – economic, social and environmental – in a balanced and integrated manner. We stress that the international community should attach more importance to development, revitalize global development partnerships and push for realization of all sustainable development goals by pooling the necessary resources to instill fresh momentum into implementing the 2030 Agenda. We urge donor countries to honour their Official Development Assistance (ODA) commitments and to facilitate capacity building and the transfer of technology along with additional development resources to developing countries, in line with the national policy objectives of recipients. We stress the importance of dialogue between the relevant development agencies from the BRICS countries.</p> <p>53. We commemorate the 30th anniversary of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and call on all parties to adhere to the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances and in accordance with the institutional arrangement of nationally determined contributions, and to implement the UNFCCC and its Paris Agreement in an accurate, balanced and comprehensive way, based on existing consensus. We recall relevant provisions of the Paris Agreement, emphasizing that the Paris Agreement aims to strengthen global response to the threat of climate change in the context of sustainable development and efforts to eradicate poverty, and that peaking of Green House Gas (GHG) emissions will take longer for developing countries. We underline that the developed countries have historical responsibilities for global climate change, and should take the lead in scaling up mitigation actions and scale up indispensable support to developing countries on finance, technology and capacity-building. We express our support to the incoming Egyptian Presidency of COP27, working towards the success of COP27 and promote COP27 to prioritize implementation and highlight the reinforcement of adaptation and delivery and enhancement of developed countries' commitments to provide financial support and technology transfer to developing countries.</p> <p>54. We oppose green trade barriers and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We underline that all measures taken to tackle climate change and bio-diversity loss must be designed, adopted and implemented in full conformity with the WTO agreements and must not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade and must not create unnecessary obstacles to international trade. We express our concern at any discriminatory measure that will distort international trade, risk new trade frictions and shift burden of addressing climate change to other trading partners, developing countries and BRICS members.</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
23/08/ 2023	Joanesburgo, Africa do Sul	XV BRICS Summit Johannesburg II Declaration	<p>53. We recognise the importance of implementing the SDGs in an integrated and holistic manner, inter alia through poverty eradication as well as combating climate change whilst promoting sustainable land use and water management, conservation of biological diversity, and the sustainable use of its components and the biodiversity and the fair and equitable sharing of the benefits arising out of the utilisation of genetic resources, including by appropriate access to genetic resources, in line with Article 1 of Convention on Biological Diversity (CBD) and in accordance with national circumstances, priorities and capabilities. We also underscore the significance of technology and innovation, international cooperation, public-private partnerships, including South-South cooperation.</p> <p>56. We reemphasise the importance of implementing the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Paris Agreement and the principle of Common but Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities (CBDR-RC) enhancing low-cost climate technology transfer, capacity building as well as mobilizing affordable, adequate and timely delivered new additional financial resources for environmentally sustainable projects. We agree that there is a need to defend, promote and strengthen the multilateral response to Climate Change and to work together for a successful outcome of the 28th Conference of the Parties of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC COP28). We recognise that the Means of Implementation should be enhanced by developed countries, including through adequate and timely flow of affordable Climate Finance, Technical Cooperation, Capacity Building and transfer of Technology for climate actions. Furthermore, there is a need for comprehensive financial arrangements to address loss and damage due to climate change, including operationalising Fund on Loss and Damage as agreed at the UNFCCC COP27 to benefit developing countries.</p> <p>57. We agree to address the challenges posed by climate change while also ensuring a just, affordable and sustainable transition to a low carbon and low-emission economy in line with the principles of CBDR-RC, in light of different national circumstances. We advocate for just equitable and sustainable transitions, based on nationally defined development priorities, and we call on developed countries to lead by example and support developing countries towards such transitions.</p> <p>59. We express our strong determination to contribute to a successful COP28 in Dubai, later this year, with the focus on implementation and cooperation. As the main mechanism for assessing collective progress towards achieving the purpose of the Paris Agreement and its long-term goals and promoting climate action on all aspects of the Paris Agreement under the UNFCCC, the Global Stocktake must be effective and identifying implementation gaps on the global response to climate change, whilst prospectively laying the foundations for enhanced ambition by all, in particular by developed countries. We call upon developed countries to fill outstanding gaps in means of implementation for mitigation and adaptation actions in developing countries.</p> <p>61. We further urge developed countries to honour their commitments, including of mobilizing the USD 100bn per annum by 2020 and through 2025 to support climate action in developing countries. In addition, importance of doubling adaptation finance by 2025 from the base of 2019 is also key in order to implement adaptation actions. Moreover, we look forward to setting up an ambitious New Collective Quantified goal, prior to 2025, as per the needs and priorities of developing countries. This will require enhanced financial support from developed countries that is additional, grant-based and/or concessional, timely delivered, and adequate to take forward adaptation and mitigation action in a balanced manner. This extends to support for the implementation of the Nationally Determined Contributions (NDCs).</p>

Ano	Local	Documento	Conteúdo
23/08/ 2023	Joanesburgo, África do Sul	XV BRICS Summit Johannesburg II Declaration	<p>62. We acknowledge that the financial mechanisms and investments to support the implementation of environment and climate change programmes need to be enhanced, and increased momentum to reform these financial mechanisms, as well as the multilateral development banks and international financial institutions is required. In this regard, we call on the shareholders of these institutions to take decisive action to scale-up climate finance and investments in support towards achieving the SDGs related to climate change and make their institutional arrangements fit for purpose.</p> <p>63. We oppose trade barriers including those under the pretext of tackling climate change imposed by certain developed countries and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We underline that measures taken to tackle climate change and biodiversity loss must be WTO-consistent and must not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade and should not create unnecessary obstacles to international trade. Any such measure must be guided by the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR-RC), in the light of different national circumstances. We express our concern at any WTO inconsistent discriminatory measure that will distort international trade, risk new trade barriers and shift burden of addressing climate change and biodiversity loss to BRICS members and developing countries.</p>
23/10/ 2024	Kazan, Rússia	Kazan Declaration	<p>15. We reiterate that the objectives, principles and provisions of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), its Kyoto Protocol and its Paris Agreement, including its principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR-RC) in the light of different national circumstances, must be honoured. We condemn unilateral measures introduced under the pretext of climate and environmental concerns and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We will strengthen cooperation on a whole range of solutions and technologies that contribute to the reduction and removal of Greenhouse Gases (GHGs). We also note the role of carbon sinks in absorbing GHGs and mitigating climate change, whilst also highlighting the importance of adaptation and stressing the need for the adequate provision of the means of implementation, namely financial resources, technology transfer and capacity building.</p> <p>16. We recall that the UNFCCC, including the annual Conference of the Parties (COP) sessions, is the primary and legitimate international forum to discuss the issue of climate change in all its dimensions. We are deeply concerned with attempts to link security with the climate change agenda. We commend Egypt for hosting COP27 in Sharm El-Sheikh in 2022, where the Fund for Responding to Loss and Damage was established, and the UAE for hosting COP28 in Dubai in 2023, where the Fund was operationalized. We welcome the UAE Consensus achieved at COP28, including the decision entitled "Outcome of the first global stocktake", and the UAE Framework for Global Climate Resilience. We express commitment to a successful COP29 in Azerbaijan, with an expectation of strong outcomes on climate finance to developing countries, as a critical enabler for delivering on the current and future nationally determined actions and ambitions in mitigation, adaptation and loss and damage. We support Brazil's leadership in hosting COP30 in 2025 and welcome India's candidacy to host COP 33 in 2028.</p> <p>86. We welcome the establishment of the Contact Group on Climate Change and Sustainable Development by BRICS Environment Ministers on 28 June 2024 in Nizhny Novgorod and the adoption of the Framework on Climate Change and Sustainable Development at the High-level Dialogue on Climate Change (30 August 2024, Moscow). We look forward to establishing the BRICS Climate Research Platform (BCRP) to enhance the scientific and expert exchange of views, knowledge and best practices of the grouping.</p>

